

Consórcio Nordeste faz recomendações científicas

Documento sugere pesquisas e políticas públicas para a região

Ricardo Stuckert/PR

A Câmara Temática de Ciência e Tecnologia do Consórcio de Governadores do Nordeste lançou o documento “Ciência, Tecnologia e Inovação para os principais desafios do Nordeste”. O trabalho teve a participação de quase 100 pesquisadores da região, e de diversas instituições, com o objetivo de contribuir com a Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação e sugerir políticas públicas e estratégias para enfrentar os principais problemas da região.

Sete temas que têm impacto socioeconômico e no desenvolvimento são abordadas na publicação: “Energias Renováveis e Biocombustíveis”, “Recursos Hídricos e Pesquisas Oceânicas”, “Biomassas, Biodiversidade e Mudanças Climáticas”, “Universidades, Pós-graduação e Responsabilidade”, “Biotecnologia e Produção de Alimentos”, “Empregabilidade e Fixação de Talentos” e “Tecnologias Sociais e de Combate à Pobreza”.

O diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), Fábio Guedes, é o coordenador técnico da Câmara de Ciência. “Esses temas são de relevância para os gover-



O potencial energético do Nordeste é um dos pontos abordados

nadores da região, e estamos já preparando uma nova discussão, dos temas que ficaram de fora nesse momento”, explicou. “Então, é um documento histórico, porque vai contribuir com uma parte da visão da comunidade científica e acadêmica do Nordeste para a Conferência Regional”.

A Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação será promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. “A Câmara Temática

do Consórcio Nordeste marca um grande momento nas discussões dessas áreas na região”, comenta Guedes.

O professor João Vicente Lima, docente da Universidade Federal de Alagoas e diretor executivo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fapeal participou, como pesquisador, da seção “Universidades, Pós-graduação e Responsabilidade”. Além dele, mais cinco pesquisadores atuantes de Alagoas contribuíram para a publica-

ção: Valmir Pedrosa, Vandick Batisa, Anderson Araújo e Leonardo Leal, também da Ufal, e Jessé Marques, do Centro Universitário Cesmac.

Entre os desafios crônicos da região Nordeste está a seca, que reflete nas questões climáticas e também nos problemas sociais e de pobreza e combate à fome. O Nordeste, porém, encontra-se à frente dos grandes potenciais de transição energética, especialmente com a produção de energia eólica.

Piauí explora hidrogênio na Austrália

Na Austrália, o governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), esteve presente em experiências de aplicação de hidrogênio em residências e veículos, durante sua visita ao Centro de Operações da ATCO, localizado em Jandakot, Austrália Ocidental.

A ATCO é uma empresa global especializada em soluções integradas nas áreas de energia, habitação, transporte e infraestrutura, operando em mais de 100 países. Durante a visita, Fonteles e sua comitiva conheceram diversos aspectos da geração solar, produção de hidrogênio e seus usos, incluindo mistura com gás natural, abastecimento de veículos e eletricidade gerada por células de combustível.

Fonteles destacou o potencial do hidrogênio como fonte de energia limpa e o uso do estado nordestino. “É inspirador ver que o hidrogênio já está em uso e que poderá mudar o mundo a partir dessa energia limpa. Saímos daqui com a convicção

ainda maior de que a nova era do hidrogênio está chegando”, afirmou.

Antes da visita à ATCO, Fonteles se reuniu com representantes da Câmara de Comércio Austrália – Brasil (ABCC), onde apresentou os projetos e potencialidades do estado do Piauí.

A ABCC possui representantes em quase todos os estados australianos e estabelece uma ampla rede de conexões entre a Austrália e o Brasil, englobando tanto setores privados quanto governamentais. As ações incluem a promoção do comércio bilateral e a ampliação da conscientização sobre as oportunidades no relacionamento comercial entre os países.

“Aumentamos o intercâmbio de informações entre as economias do Piauí e da Austrália. Demos mais um passo em busca de cooperação e atração de investimentos para o estado”, completou o governador.



Divulgação

Unidade é pioneira a oferecer serviços a mães indígenas

Hospital materno passa a atender indígenas

O Hospital Materno-Infantil Dr. Joaquim Sampaio, em Ilhéus, tornou-se a primeira unidade na Bahia a ser habilitada para oferecer atendimento especializado aos povos indígenas em todo o estado.

Segundo a secretária estadual da Saúde, Roberta Santana, a especialização marca um avanço significativo na saúde pública do estado. “Estamos comprometidos em oferecer um serviço de saúde que respeita a diversidade cultural e atende às necessidades específicas, garantindo acesso, humanização e qualidade no atendimento”.

Com a aprovação do Ministério da Saúde, o hospital começará a implementar diretrizes que visam melhorar o acesso dos povos indígenas aos serviços especializados, adaptar a ambiência hospitalar às suas especificidades culturais e ajustar as dietas de acordo com os hábitos alimentares de cada etnia.

Além disso, está previsto um fluxo de comunicação entre o serviço especializado e a Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena, através das Casas de Saúde Indígena (Casai).

CEARÁ

Taxa do lixo começa a ser cobrada em Sobral

A partir de abril, os moradores de Sobral começarão a pagar a taxa do lixo, um tributo municipal obrigatório criado para custear o serviço do município de coleta de lixo, conforme anunciado pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Aris).

A medida, alinhada com a nova lei do saneamento básico, será calculada com base no consumo de água e dividida em categorias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

A Aris informou que haverá descontos, mas não a isenção total para usuários de menor consumo. Segundo o prefeito Ivo Gomes, a medida é necessária para que o município continue recebendo recursos federais.

R. GRANDE DO NORTE

Plano de saúde pagará indenização a paciente

A 9ª Vara Cível de Natal determinou que uma operadora de plano de saúde custeie o tratamento pós-cirúrgico de uma paciente e pague indenização de R\$ 8 mil por danos morais.

A consumidora necessitou de procedimento urgente após o rompimento dos pontos de uma mastoplastia reconstrutiva na mama direita. O plano de saúde havia negado o tratamento, alegando carência.

O juiz considerou o caso como de urgência, amparado pela Lei 9.656/98, que prevê cobertura em casos de risco imediato à vida do paciente. A decisão destacou o sofrimento da paciente diante da negativa de atendimento essencial.

PIAUI

Agricultura familiar movimenta produção rural

Durante o último fim de semana, a I Feira da Agricultura Familiar de Geminiano promoveu uma intensa movimentação na produção rural local. Realizada no sábado (16) e domingo (17), a feira contou com o apoio do governo do Piauí e a participação ativa de mais de dez coletivos da agricultura familiar da cidade.

Agricultores e agricultoras familiares da região comercializam seus produtos e apresentam suas atividades. Com apoio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), foram apresentados projetos, além da distribuição de mudas de caju e kits de irrigação.

A variedade de produtos, incluindo frutas, hortaliças e carnes, atraiu um público diversificado.

PARAIBA

Comissão do governo apura casos de assédio sexual

Neste sábado (16), um decreto publicado do governo da Paraíba definiu a criação de uma comissão especial voltada para a apuração de casos de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho dentro da administração estadual.

A comissão, liderada pela Secretária da Mulher e da Diversidade Humana, assumirá o papel de apurar as denúncias enviadas a Ouvidoria. A medida visa garantir a proteção das vítimas, que serão amparadas assim que denunciarem qualquer suspeita de assédio.

Segundo a secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, a comissão atuará no âmbito administrativo, não inviabilizando as medidas legais tomadas pelas vítimas.

CORREIO OPINIÃO

O metrô pede passagem

Por Josier Vilar*

A cidade do Rio de Janeiro possui mais de seis milhões de habitantes e, considerando a região metropolitana, atingimos cerca de 14 milhões de pessoas que, em sua maioria absoluta, se deslocam diariamente usando transporte público, seja para trabalho, escolas, faculdades, compras, negócios ou lazer.

O transporte coletivo, portanto, é e tem de ser visto como um dos mais importantes agentes de inclusão social, saúde física e mental de seus usuários, além de indutor da prosperidade no ambiente empresarial em nossa cidade.

Garantir a mobilidade urbana com segurança, eficiência e acessibilidade tem de ser um compromisso do poder público com a sociedade que representa.

Não é aceitável que o Rio cosmopolita que tanto admiramos ocupe a quarta pior avaliação do mundo em tempo médio gasto no transporte coletivo, trazendo efeitos devastadores sobre a qualidade de vida da população, redução da produtividade no trabalho, do aprendizado nas escolas e da prosperidade empresarial, fonte de geração de empregos e felicidade.

O setor de serviços é fundamentalmente intensivo em pessoas e encerrou 2023 com crescimento de 2,3%, sendo o terceiro ano consecutivo de aumento da área no país. Isso demonstra a vitalidade do segmento e a urgente necessidade de adequarmos os modais de transporte público à crescente demanda de mobilidade e consumo da população do Rio de Janeiro.

Por essas razões, é inadmissível que a estação de metrô da Gávea permaneça inacabada por mais de nove anos, impedindo que o comércio, as pessoas e as instituições se integrem ao restante da cidade. Não é aceitável que a estação, com mais da

metade das escavações feitas e materiais de acabamento comprados e armazenados em seus túneis, permaneça inconclusa.

A sociedade carioca clama por uma solução imediata para a finalização da estação do metrô. Que a conclusão das obras possa dar passagem à integração com o restante da rede metroviária e com os demais modais de transporte, facilitando a vida dos cidadãos que ali moram, estudam e trabalham, transformando a Gávea num local atrativo para empreender, investir, visitar e contribuir fortemente para o desenvolvimento econômico da região e da nossa cidade.

Seja através de investimentos públicos ou de parcerias público-privadas que garantam a conclusão da obra e o início da operação daquele trecho de metrô, o Rio e seus cidadãos não podem mais esperar. Não é aceitável que recursos oriundos dos impostos dos cidadãos sejam desperdiçados.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, legítima representante do genuíno empresário carioca e fluminense, entende que nenhum outro projeto de mobilidade urbana deveria ser iniciado antes de se concluir o que já foi começado e interrompido.

Se questões legais existem, estas precisam ser esclarecidas na Justiça, com a análise de informações de todos os envolvidos, mais o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, com foco na entrega do bem público — sem perder mais de vista o interesse dos cidadãos com a maior mobilidade urbana e integração da cidade. É preciso atender na ponta quem mora em lugares mais distantes. O Rio e os cariocas pedem passagem para a estação metrô da Gávea desembarcar no amanhã.

*Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)

Reconhecimento da cidadania europeia

Por Rafael Ganesini*

Nos últimos anos, o número de indivíduos que buscam o reconhecimento da cidadania europeia, seja por meio de ascendência familiar, residência, casamento ou investimento, teve um aumento significativo. Pode-se dizer que esse interesse é impulsionado por uma variedade de motivos, incluindo oportunidades de trabalho, educação, qualidade de vida e acesso facilitado a outros países europeus.

Entre 2002 e 2021, mais de 265 mil brasileiros conseguiram a dupla cidadania, segundo o Eurostat (Serviço de Estatística da União Europeia). Portanto, o que se espera é que os países europeus continuem a simplificar e agilizar os processos de reconhecimento da cidadania, a fim de atrair talentos e investimentos estrangeiros. Isso inclui a redução de prazos de espera, a simplificação da documentação necessária e a adoção de sistemas online para facilitar o processo.

A digitalização e o uso de tecnologia avançada desempenham um papel fundamental nesse processo de “desburocratização” e eficiência dos processos de reconhecimento da cidadania. Exemplo disso são ferramen-

tas que auxiliam as pessoas a obtê-la de forma transparente e prática, em um ambiente 100% online e com custos de acordo com a demanda de cada um.

Nos dias atuais, ter dupla cidadania pode significar muitas coisas, como passar a cidadania para os filhos, a facilidade de transitar entre os países, um plano B caso seja necessário sair do Brasil e a aposentadoria na Europa, conhecida por oferecer uma alta qualidade de vida. Além disso, sistemas de saúde eficientes, serviços públicos bem estruturados, segurança social e infraestrutura bem desenvolvida, são características comuns em vários países europeus.

Para esse ano, espera-se ainda mais independência quando falamos da tecnologia a favor da retirada da cidadania, novos processos e um ano com mais passaportes reconhecidos. Ao estar ciente das últimas regulamentações e requisitos, os indivíduos interessados podem se preparar de maneira adequada para buscar o reconhecimento da cidadania europeia e aproveitar as oportunidades que ela oferece.

*Co-fundador da Cidadania4U